

25 de julho de 2021

Mulheres e meninas negras no Brasil, estamos por nossa conta

Por: Maria Sylvia de Oliveira

Recentemente li um texto que afirma que em tempos de crise as mulheres são as primeiras a terem seus direitos suprimidos. Na intersecção entre gênero e raça as mulheres e meninas negras historicamente tiveram negado sistematicamente acesso à direitos básicos, fundamentais. É amplamente conhecida as péssimas condições de vida da grande maioria da população negra no Brasil: temos uma abundância de dados estatísticos que comprovam o altíssimo nível de desigualdade no acesso aos bens materiais e simbólicos e as consequências letais dessa desigualdade.

A crise pandêmica veio colocar um holofote no enorme fosso das desigualdades e as precárias condições de vida de quase metade da população brasileira, as iniquidades que assolam, não por simples coincidência, a vida da população negra no Brasil. Os impactos da pandemia nas atividades laborais (formais ou informais), coloca essa parcela da população em situação de fome e extrema pobreza, sendo as mulheres e meninas negras as mais afetadas por esta crise sanitária. Permitir através da omissão que quase [20 milhões de pessoas voltem ao mapa da fome](#) é promover genocídio.

Em julho de 2021, um ano e quatro meses vivenciando uma crise sanitária sem precedentes, [contabilizamos mais de 530.000 mil mortes por covid-19](#), uma crise que, desgraçadamente, afeta as populações mais pobres e as respostas do Estado para a contenção do coronavírus, principalmente quando falamos da população pobre, periférica, majoritariamente negra, foram extremamente insuficientes e ineficientes. Os dados informam que negros tem [62% mais chances de morrer por covid-19](#), que a população não negra.

O Racismo se expressa na completa omissão do Estado, o que ficou muito evidenciado neste momento de pandemia aprofundando as desigualdades nos últimos anos e aumentando a violência e as violações dos direitos humanos da população negra, mas de forma muito contundente das mulheres e meninas negras, essa parcela da população que representa o principal grupo em situação de pobreza no Brasil: o “Matriarcado da Miséria” [como bem pontuou Sueli Carneiro](#), em seu texto de mesmo título de setembro de 2000.

“A expressão matriarcado da miséria, foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para designar a experiência histórica das mulheres negras brasileiras na sociedade brasileira marcada pela exclusão, discriminação e rejeição social e a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança de suas comunidades miseráveis”. O texto de Sueli 21 anos depois é de uma atualidade assustadora.

Os indicadores sociais disponíveis continuam ratificando a fala de Arnaldo Xavier utilizada por Sueli, e essas mulheres continuam esperando que medidas concretas sejam implementadas, para reverter esse “matriarcado da miséria”.

Sabemos que promover a fome é uma das estratégias para tentar o controle dos corpos negros, uma forma de minar nossa capacidade de reação, de organização.

No cenário atual a atuação dos movimentos sociais é considerada anti Estado e neste sentido esses movimentos, são tratados como inimigos, criminalizados, estratégias para inibir a atuação e a liberdade de manifestação desses movimentos, utilizar a lei de segurança nacional na tentativa de silenciar opositores, por exemplo, é o que vivemos hoje no Brasil pós golpe, pois são estes movimentos que estão fazendo resistência às violações de direitos previstos e consagrados na Constituição Federal e ao total desmonte das políticas sociais que estão sendo efetivada em prol de uma falsa política de austeridade imposta pelas forças conservadoras e fundamentalistas, neste momento, no Estado brasileiro e de forma bastante violenta.

Neste período ocorre um significativo aumento do número de assassinatos de defensores e defensoras de direitos humanos nos últimos anos, [sendo a morte de Marielle Franco](#), no Rio de Janeiro um forte exemplo desta violência.

Vivemos um ambiente absolutamente hostil à pauta racial neste governo.

Estamos por nossa própria conta.